

COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
GESTÃO 2015/2017
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental.

Rua Ernesto Gonçalves Rosa Jr., nº 150 - Jardim Florestal - DATA: 13/07/2016

PREVISÃO PARA O INÍCIO: 15h00 - TÉRMINO: 18h00

QUÓRUM MÍNIMO: 11 Membros (25% + 1) dos 40 Membros Titulares

Ata da 11ª Reunião Ordinária do COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - biênio 2015/2017, realizada no dia 13 de julho de 2016, às 15h00, no anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental. A Presidente Sílvia Merlo dá boas vindas aos presentes, destacando a presença da Dra. Paula Kalaf Cossi, membra do Comissão do Meio Ambiente da OAB, faz a apresentação da nova Conselheira do COMDEMA Rosana Ferrari, em substituição à Jacqueline Lima, agradece também a presença da Lógum Logística e dá início aos trabalhos, cumprindo o item 1 da pauta, apresentação da empresa convidada para expor sobre o alcooduto que cortará o território do Município. A Lógum inicia sua explanação pedindo desculpas por não terem podido atender à convocação anterior do COMDEMA, e faz um breve histórico da empresa, mostrando que ela teve início em 2011, como uma oportunidade de negócio – transporte de grandes volumes líquidos. Já se encontra em operação o trecho compreendido entre Uberaba e Paulínia, e está em fase de execução o trecho Paulínia Santos com 224,62 km. É justamente nesse trecho que será transposto o município de Jundiaí, compartilhando com a Petrobras dentro da faixa de domínio, por um trecho de 22.2 km. São tubos de 3 camadas com 12 metros cada, que são soldados e lançados a 1,5 metros de profundidade. Explica que é um processo seguro, e, em caso de vazamento é automaticamente estancado e isolado o trecho através de válvulas acionadas por sistema de transmissão de dados via fibra óptica. Informaram que já obtém a Certidão de Uso do Solo da Prefeitura e que protocolaram o projeto de EIA/RIMA em 2.013. Ante a incerteza gerada se o processo que trata da implantação de dutos, possui como informou a Lógum, Certidão de Uso do Solo e se passou, foi analisado e avalizado pelo Conselho Gestor da Serra do Japi a Presidente Sílvia Merlo solicitou que a CTUOS proceda a análise do processo.

Projeto Logum

Trecho Paulínia – RMSP – Santos

CONDEMA Jundiaí
13 de julho de 2016

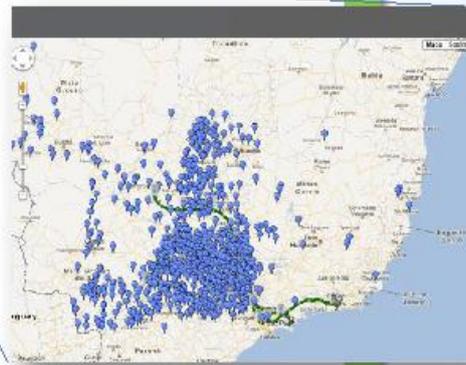


Quem Somos

A Logum Logística S.A.

Empresa criada pela convergência do mercado sucroalcooleiro em 2011, responsável pela construção e operação do Sistema Logístico Multimodal de Etanol, envolvendo: rodocoleta, dutos, terminais terrestres, além da utilização de portos para operação de cabotagem e exportação.

O desafio de atender o escoamento da produção



Fonte: Painel Logístico

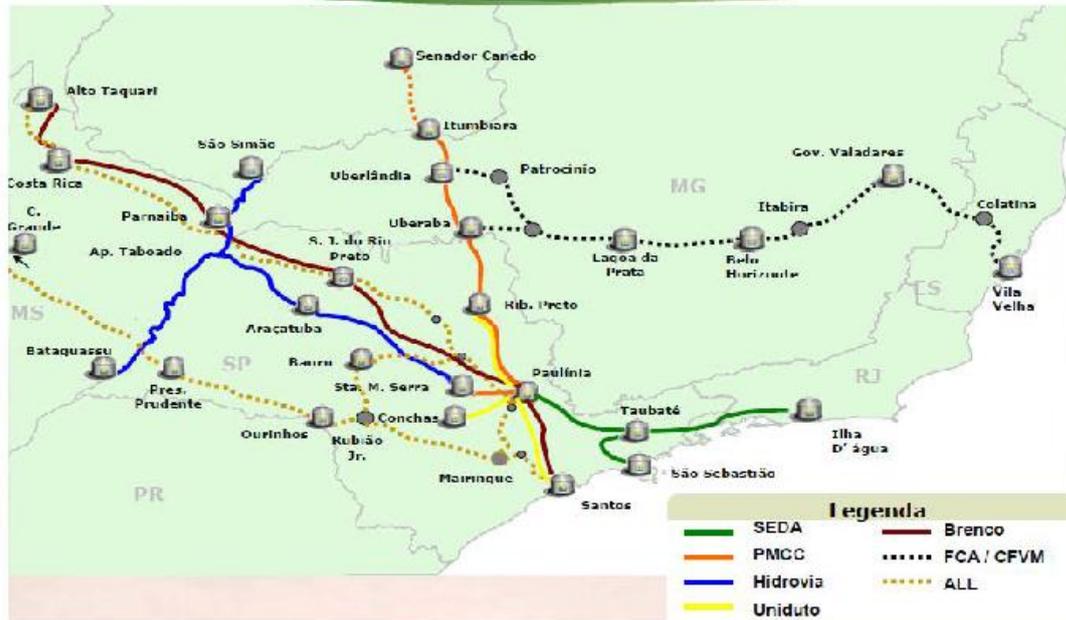
TRANSPORTE DUTOVIÁRIO

Destinado principalmente ao transporte de grandes volumes líquidos,

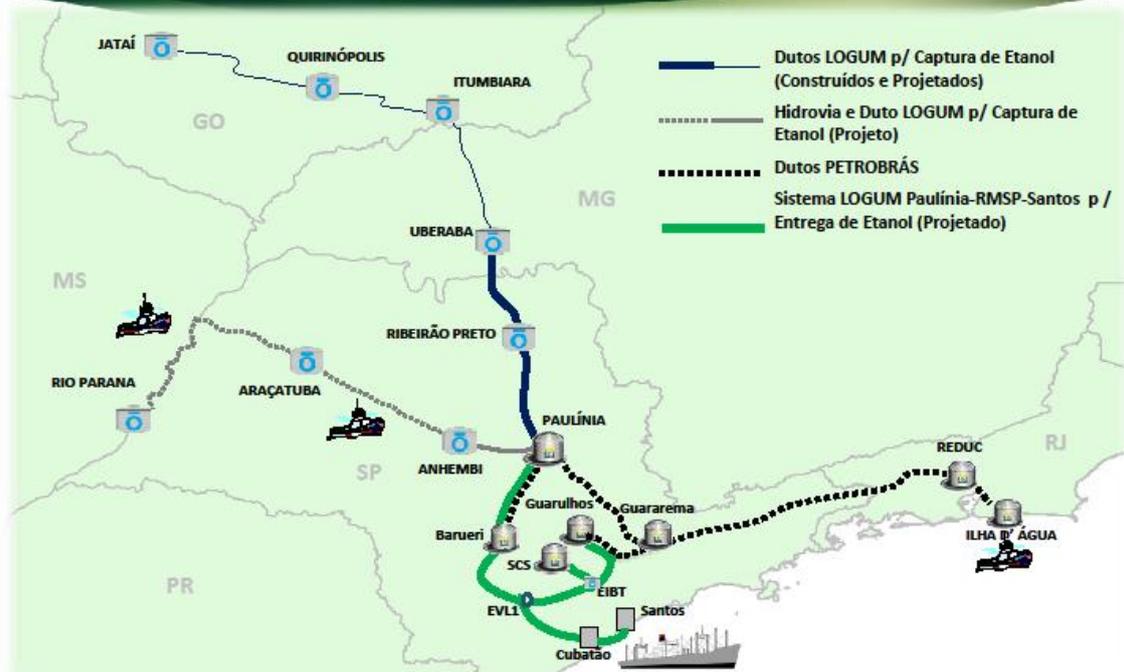
aumenta a eficiência

e reduz os custos de logística, com o modal mais seguro.

As iniciativas logísticas em 2008

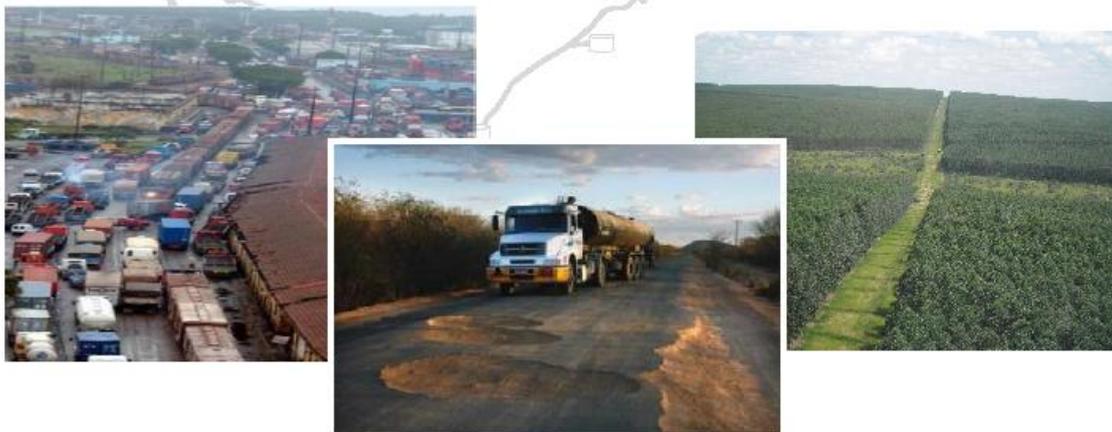


Sistema Logístico Multimodal para o Etanol (2013)



Benefícios Socioambientais

- ✓ Minimização dos impactos ambientais por uso de ativos existentes
- ✓ Atendimento às solicitações e legislações pertinentes
- ✓ Uma alternativa definitiva para minimizar acidentes, gastos com recuperação de estradas e atendimento às necessidades da demanda



É FUNDAMENTAL E INDISPENSÁVEL VIABILIZAR A LOGÍSTICA DO ETANOL BRASILEIRO

PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA E REDUÇÃO DA EMISSÃO DE GASES POLUENTES

O duto da LOGUM visa complementar o transporte rodoviário, principal modal para o transporte do etanol.

Para atender a demanda logística de etanol em 2027, seriam necessárias

580 mil viagens/ano de caminhões do tipo bi-trem

Emissão de 1,6 milhões t eqv CO₂/ano

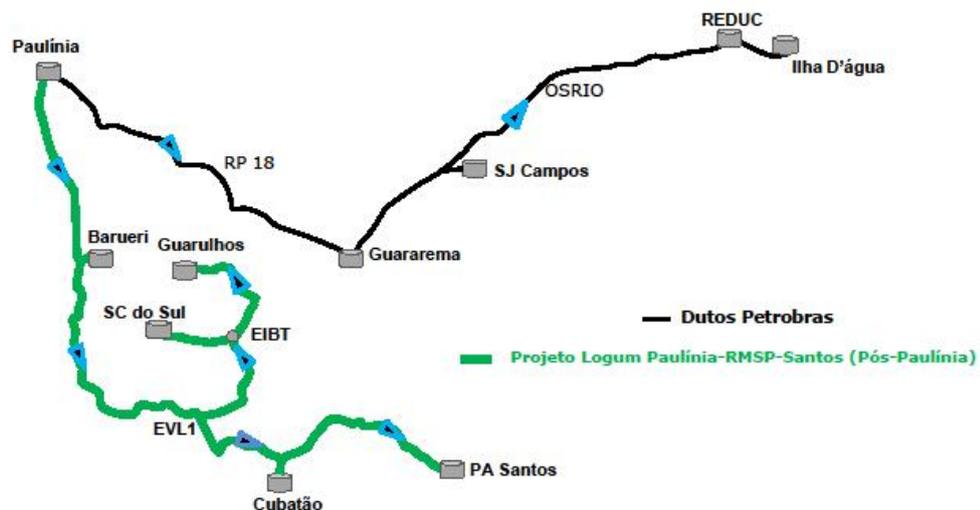
Licenciamento Ambiental

☐ Licença Prévia : Viabilidade Ambiental

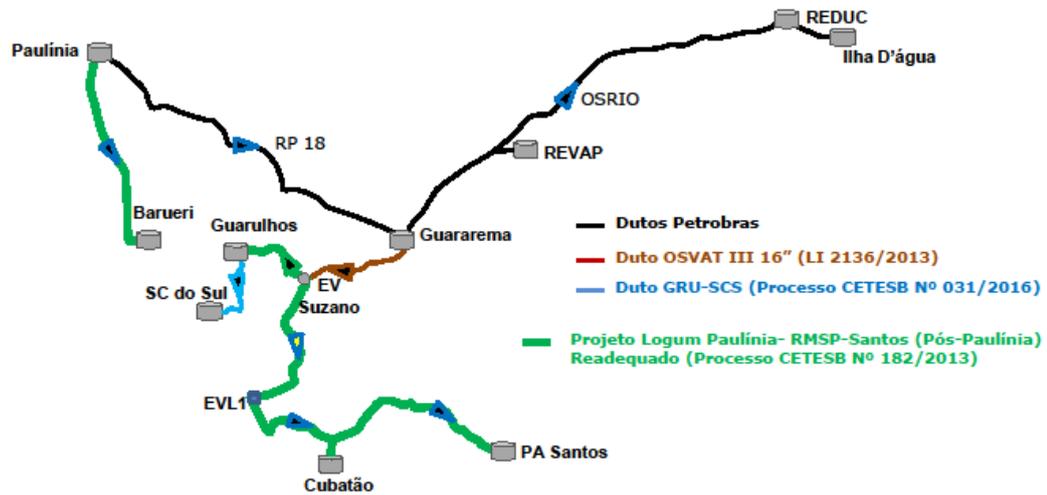
Audiências Públicas

- São Bernardo do Campo
- São Paulo
- Santos
- Paulínia

O Sistema após incorporação dos ajustes (2014)

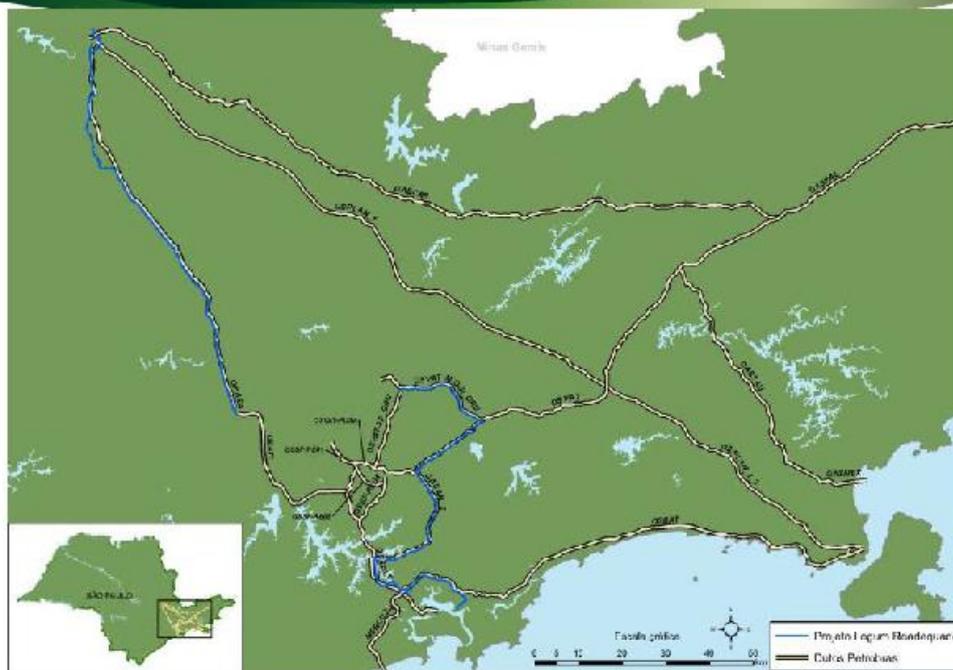


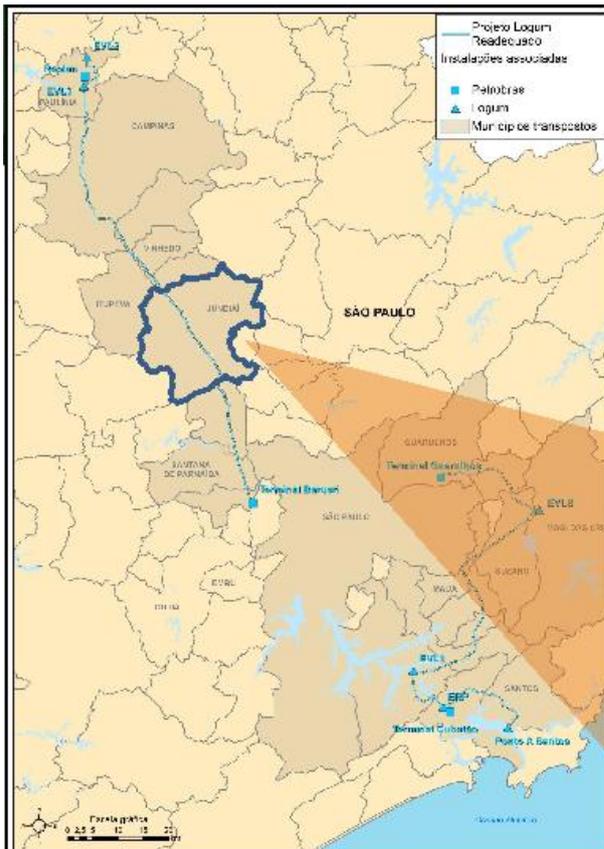
2016 consolidou nova expectativa de captura de volumes e impôs mudanças



Adequado à nova expectativa de volumes (21 para 13 milhões m³/ano)

Desenvolvido em faixas existentes de dutos





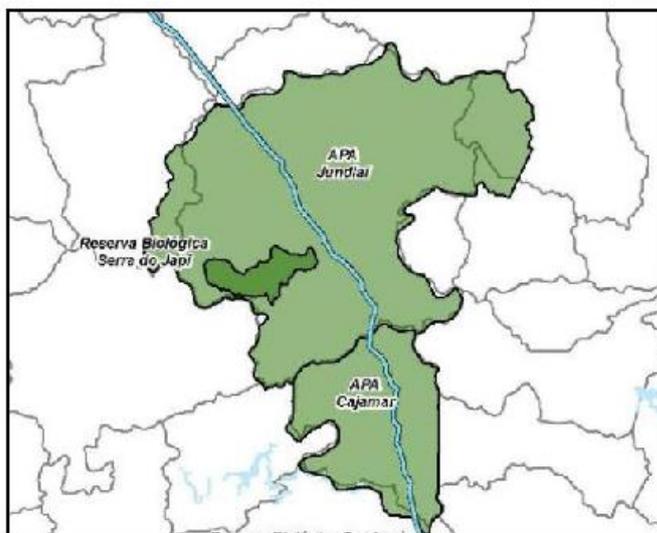
Projeto Logum Paulínia - RMSP - Santos Readequado

Trecho Paulínia-RMSP-Santos:
224,62 km de Extensão

23 Municípios



O Projeto no Trecho Jundiaí



22,2 km de Extensão

Compartilhamento da Faixa de Domínio OPASA da Petrobras

Não há Supressão de Vegetação

Trecho Jundiaí & Áreas Protegidas



Área Natural
Tombada Serra
do Japi

140m de
Distância da
ADA

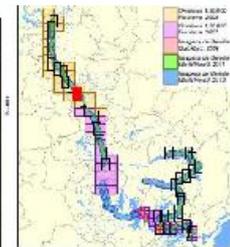
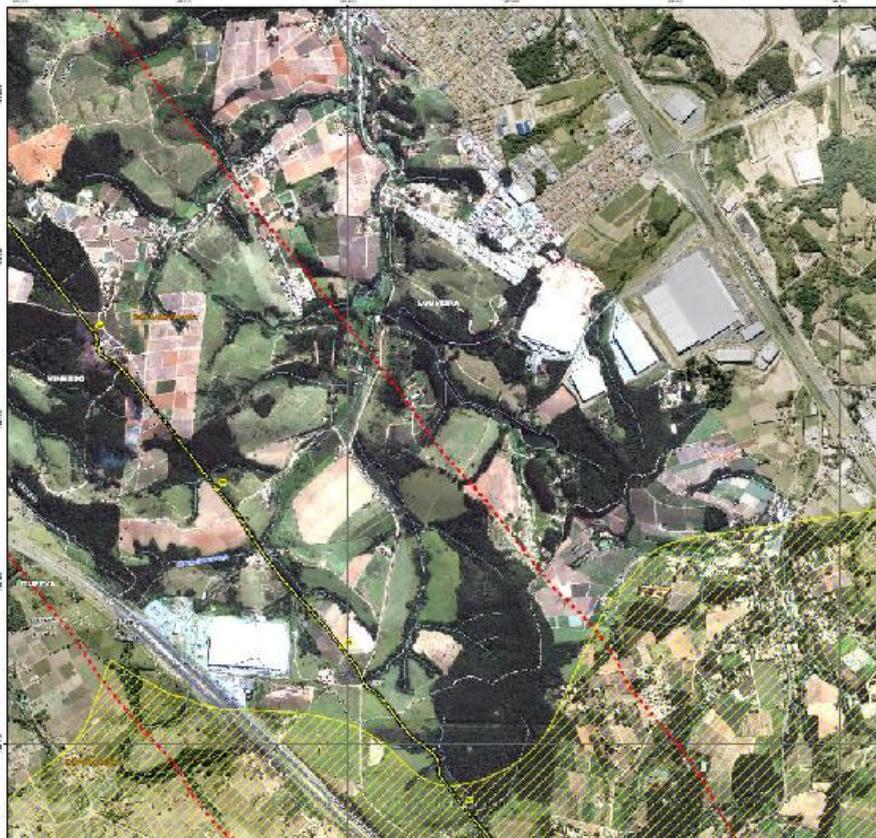


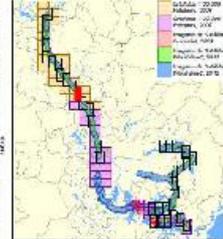
Área de
Proteção
Ambiental

Faixa de
Domínio OPASA

Reserva
Biológica da
Serra do Japi

1200m de
Distância da ADA



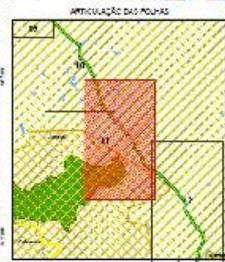
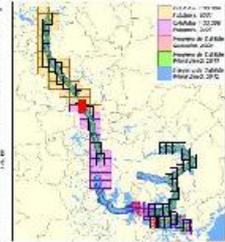


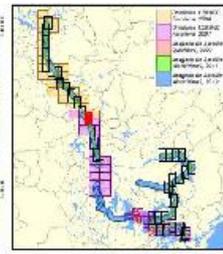
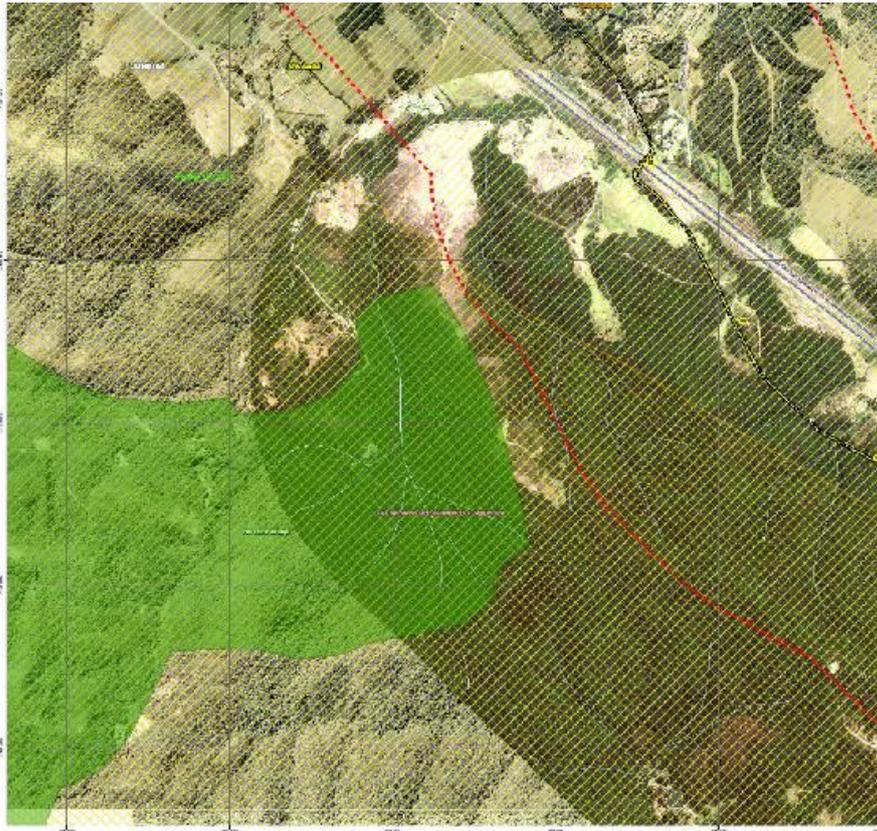


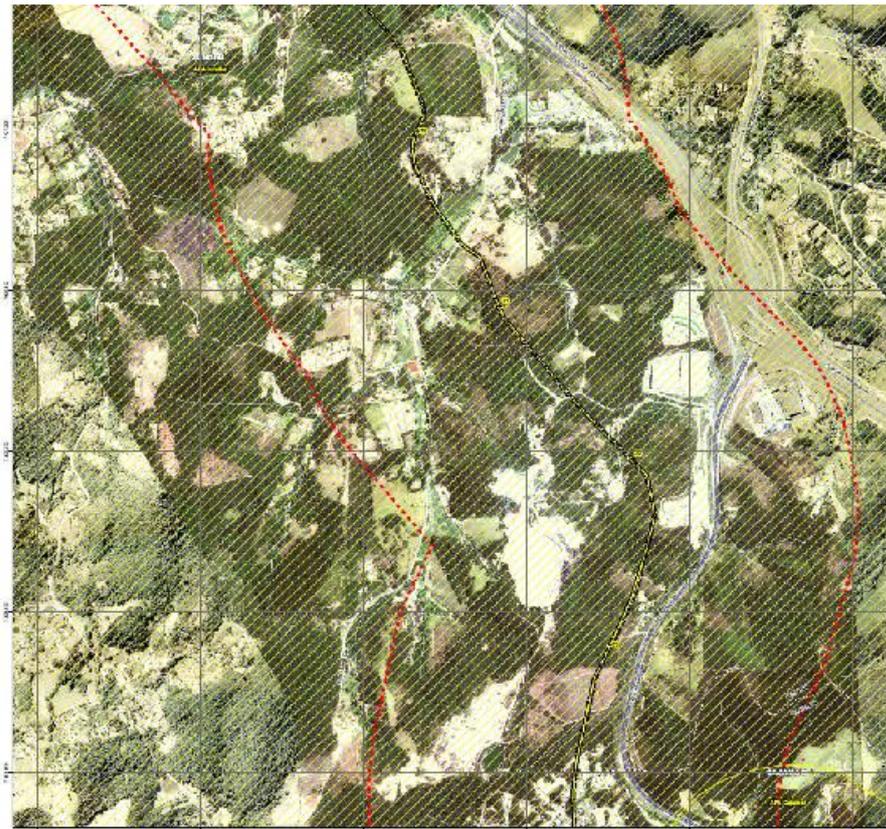
LEGENDA DE CORREÇÃO

- Proteção Integral
- Limitação
- Zona Amortecedor

Projeto: 2017 - Plano Diretor - Região 1784
 Setor: Área Central - Loteamentos - 8.033







Etapas de Implantação

**COMO SERÁ
CONSTRUÍDA
A DUTOVIA**



**COMO SERÁ
CONSTRUÍDA
A DUTOVIA**



**COMO SERÁ
CONSTRUÍDA
A DUTOVIA**



**COMO SERÁ
CONSTRUÍDA
A DUTOVIA**



**COMO SERÁ
CONSTRUÍDA
A DUTOVIA**



**COMO SERÁ
CONSTRUÍDA
A DUTOVIA**



DA CONSTRUÇÃO À RECOMPOSIÇÃO



Sistemas de Segurança



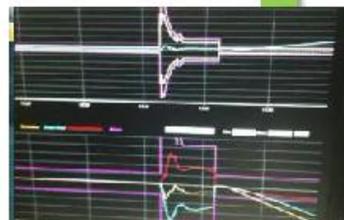
Controlado e Seguro



100% Inspeccionável



Revestimento triplo e inerte



Detecção de Vazamentos

PROGRAMAS AMBIENTAIS

- 1 **CONTROLE DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS (PCA)**
Omite de Controle Programa de Qualidade Ambiental e Meio Ambiente e Qualidade Ambiental, a ser implantado pelo usuário e manter registro e controle de execução.
- 2 **COMUNICAÇÃO SOCIAL**
Controlar toda a circulação de informações, a publicidade e a comunicação interna, de modo a obter a conscientização dos funcionários, colaboradores, fornecedores e comunidade em geral.
- 3 **CONTROLE AMBIENTAL EM CONDIÇÃO (CA-C)**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 4 **GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**
Controlar a coleta, o transporte, o armazenamento e a disposição final dos resíduos sólidos, visando a preservação da qualidade ambiental e a saúde pública.
- 5 **GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LÍQUIDOS**
Controlar a coleta, o transporte, o armazenamento e a disposição final dos resíduos líquidos, visando a preservação da qualidade ambiental e a saúde pública.
- 6 **INDICAÇÃO AMBIENTAL SAÍDA E COBRANÇA DOS TRIBUTOS (IDSA)**
Ação de controle ambiental dentro do processo de licenciamento ambiental, visando a preservação da qualidade ambiental e a saúde pública.
- 7 **EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
Promover ações educativas para a população em geral, visando a conscientização ambiental e a preservação da qualidade ambiental.
- 8 **RECONSTRUÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS**
Controlar a recuperação ambiental de áreas degradadas, visando a preservação da qualidade ambiental e a saúde pública.
- 9 **MONITORAMENTO DA FÁBRICA EMBRETE DAS ÁREAS DE IMPACTOS AMBIENTAIS (MFA-IA)**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 10 **ACORDAMENTO DA SUPERSTADO E REGISTRO**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 11 **APROVEITAMENTO DE BOMBEAMENTO**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 12 **ATENÇÃO À FÁBRICA DURANTE A IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 13 **ESTABELECIMENTO DA PLATAFORMA ADMINISTRATIVA E DE REGULAÇÃO**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 14 **ORÇAMENTO DE RESERVAÇÃO FISCAL**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 15 **CONTROLE AMBIENTAL EM OPERAÇÃO (CA-O)**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 16 **CONTROLE E MONITORAMENTO DE LÍQUIDOS, ASSORAMENTO E INFLUÊNCIA EM TEMPO**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 17 **ORÇAMENTO DAS INTERFERÊNCIAS COM ATIVIDADES MINERARIAS**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 18 **MONITORAMENTO E TRANSMISSÃO DE DADOS AMBIENTAIS**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 19 **GERENCIAMENTO DE BANCOS (GCB)**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 20 **AÇÃO EM EMERGENCIA (AEE)**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 21 **COMUNICAÇÃO AMBIENTAL**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 22 **COMUNICAÇÃO AMBIENTAL**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 23 **INTERVENÇÃO**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.
- 24 **IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE MANUTENÇÃO**
Controlar a qualidade ambiental em todas as fases, desde a concepção até a implantação, visando a preservação da qualidade ambiental, a saúde e o bem-estar da comunidade.



www.logum.com.br

Na sequência o Conselheiro Nivaldo Callegari passa a expor o parecer Técnico sobre a implantação do BRT, tendo esta concluído que os benefícios do novo sistema de transportes são significativos para a diminuição do fluxo de ônibus na cidade. Portanto conclui, estão favoráveis à implantação sendo necessária a elaboração e a

consequente apresentação ao COMDEMA do EIV da execução das obras, conforme exigência do Ministério Público. Levado à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, com duas ressalvas: a substituição da Matriz Energética do processo, por uma outra menos poluente que o óleo diesel, tão logo esteja disponível e ações para a mitigação do impacto visual causado pela implantação dos viadutos. Na sequência, a Engenheira Florestal da Prefeitura de Jundiáí, Ana Maria M. R. Pinto Pires explica aos Conselheiros presentes que conforme TCAA para o loteamento Santa Isabel foi apresentado à Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente a demarcação da área pública doada para regularização do loteamento. Na sequência, a Engenheira Ana faz a apresentação do Parecer da Câmara Técnica acerca do Loteamento em nome de Osmar Bueno. Situado no Bairro do Medeiros, o empreendimento conta com 15 lotes distribuídos ao longo de uma rua aberta pelo loteador com toda a infraestrutura, água, esgoto e drenagem de águas pluviais. Possui APP afetando os lotes 12 parcialmente e 13 (95%), 14 e 15 integralmente, contendo inclusive edificações. Entende a CTUOS que deve-se firmar TCAA de 24 meses para recomposição da APP para o lote 12 e encaminhamento de ofício ao Ministério Público informando pendências ambientais devido a edificações nos lotes 13, 14 e 15. É pré-condição ainda para individualização das matrículas a efetiva aceitação e transferência ao Município das áreas públicas para os critérios de ALUP e AEUC. O Vice-Presidente Sílvio Drezza sugere como recomendação, que sobre a área do parcelamento seja gravada área permeável de 50% além dos 20% de área verde. Submetido a votação, a plenária aprova o parecer sem a inclusão da sugestão do Vice-Presidente. Na sequência a Engenheira Maria Helena F. S. Tiraboschi faz a leitura do parecer da Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo acerca da solicitação de Certidão de Uso do Solo para a atividade de lavanderia na Avenida Atilio Gobbo, Gleba A no bairro da Varginha. Analisando o pedido a partir da 417/04, a atividade não se encontra listada entre as atividades vedadas ou entre as permitidas. Entretanto, a Lavanderia apresenta-se regular perante a Prefeitura, com alvará de funcionamento desde 19/09/2001. conforme item IV e V do Art. 3º, neste caso esta atividade pode ser mantida desde que seja estabelecido termo de ajustamento de conduta. A Engenheira aponta que existe no processo, em paralelo, pedido de parcelamento da área de 9,7 hectares, onde se encontra inserida a Lavanderia. Porém, um ofício do Ministério Público pede a anulação de quaisquer vendas de frações ideais do domínio dos imóveis que compunham anteriormente a transcrição 33.855 do 1º CRI. Sobre isso, a Secretaria Municipal de Obras faz consulta ao Jurídico da Prefeitura no sentido de estender à essa área, os benefícios da Zona de Regularização Fundiária de Interesse Específico tendo em vista que já existe um processo de área limreira a esta cadastrada junto à LC 358/02. Diante de tais informações, entende essa Câmara Técnica que é necessária a manifestação do Ministério Público para que esta área venha a ser tratada como de regularização fundiária, visto que, o imóvel se encontra na Zona Rural pela Lei 7858/12, cujo módulo rural é 20.000 m² e na Zona de Conservação da Vida Silvestre de acordo com o Decreto da APA. A Eng^a Maria Helena pondera, por fim, ser favorável à emissão da Certidão de Uso do Solo para a Gleba toda sem se considerar a proposta de divisão da área em lotes como proposto que se baseia num documento de doação de pais para filhos. Em virtude do horário da reunião ter se esgotado, a plenária é consultada se há possibilidade de se fazer uma Reunião Extraordinária para que a pauta possa ser cumprida, e todos concordam em realizar no próximo dia 27 de julho às 15:00 horas. Nada mais havendo a tratar o Vice-

Presidente encerra a presente reunião. Eu Márcio Pardo Galafassi, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os Conselheiros presentes: Cláudia Debroi de Campos, Débora Scarpinelli, Rosemary Tonetti Baialuna, Domênico Treamarolli, Rosemeire Aparecida Moreira, Hélio Carletti Frigeri, Gilberto Bardi, Pedro Sérgio Pontes, Sérgio M. Pompermaier, Giorgio Di Rito, Luiz de Vries, José Rodrigues, Yone Guatta Candioto, Rogério da Silva Rivas, Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo, Luciano Libanio de Alcantara, Rosana Ferrari, Sílvio Eduardo Drezza, Nivaldo José Callegari, Vania de Fátima Plaza Nunes, Manoel Ruiz, Ademir Lopes Gomes e os conselheiros suplentes Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires, Alex Pereira Pinto, Rachel Antas Bugalho e Maria helena F. S. Tiraboschi, além dos convidados Paula Kalaf Cossi, Jair Rosa Cláudio, Adolfo Yustas e José Paulo Andreossi, estes 3 últimos da Lógum Logística.